
A DOCÊNCIA DE DELFIM SANTOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Teresa Santos^(*)

RESUMO

Delfim Santos tornou-se, em 1950, o primeiro professor catedrático de pedagogia da faculdade de letras da Universidade de Lisboa. Durante anos leccionou a cadeira de história da educação, organização e administração escolar ao curso de ciências pedagógicas. Deixou algumas páginas escritas, umas publicadas outras inéditas, sobre história da educação e que, como adverte Rogério Fernandes, seu aluno, seguiam a tendência de época, indiferenciando história da educação de história das ideias: transversalização dos ideais formativos e reformadores, suportados na metafísica.

Palavras-chave: Ensino de história da educação; Delfim Santos; Historiografia da educação portuguesa; Filosofia da educação.

A ESCOLHA DE UMA FONTE DE ESTUDO

Na historiografia pedagógica portuguesa destaca-se a questão dos manuais provocada pela reforma pombalina de ensino, firmada no Alvará Régio de 28 de julho de 1759, a que se seguiu a expulsão dos jesuítas. Da intencionalidade iluminista subjacente à reforma decorreu a substituição dos textos didáticos¹, não só em função da sua desvalorização epistémica e desadequação aos modelos e processos de ensino-aprendizagem a aplicar, mas também na lógica preventiva, acautelando quer a contaminação das representações e práticas discursivas, quer a continuação simbólica da autoridade jesuítica. Não é despidendo considerar que por detrás da proibição dos manuais em vigor estava implícito o seu reconhecimento como suporte ideológico e mediador dos fins e das funções da escola e da escolarização². A questão dos manuais do século XVIII tornou evidente a interactividade entre livros, formação da identidade pessoal e leitura da realidade, determinando ao absolutismo iluminado pombalino a proibição e substituição dos textos didáticos existentes. De facto, como consensualiza Justino de Magalhães (2006), “o manual escolar, mais que um meio de aculturação e de alteridade, é factor de afirmação e de dominação cultural” (p. 6).

^(*) Universidade de Évora (Portugal)/CIDEHUS. E-mail: msantos@uevora.pt.

¹ Para o estudo da aplicação regional da directriz respeitante à proibição do recurso a manuais escolares recomendados por Jesuítas, em particular a bem-sucedida *Arte da Gramática* do madeirense Manuel Álvares e a *Prosódia* do alentejano Bento Pereira, consulte-se o artigo de Tomás Verdelho (1982), onde se transcreve e comenta a carta de D. Tomás de Almeida, director geral dos estudos, e nessa qualidade, responsável pela elaboração e fiscalização do material didáctico, ao Juiz de Fora de Moncorvo, José P. da S. Manoel, e da resposta deste, dando conta da apreensão e queima efectuadas. O artigo dá a dimensão da operacionalização e do efeito da medida proibitiva.

² A relação entre representações e práticas, desenvolvida por Chartier, permite compreender conceptualmente como os manuais fixam ideologias, configuradas num campo de interesses de poder e dominação social, pelas quais se constrói, pensa e se dá a ler a realidade cultural (CHARTIER, 1990, p. 27). Nesse sentido, a medida pombalina era indispensável.

Afirmação da identidade colectiva e dominação de um padrão eram comportamentos de grupo expressivos de ideais culturais afinados com os ideais da razão e do progresso humano, próprios da modernidade oitocentista (ANTHONY GIDDENS, 2001) e ordenadores da reforma de ensino.

Embora a questão dos manuais surgida no século XVIII seja aqui considerada como referência exemplar da lógica substitutiva das reformas, ela não é caso singular nem está desactualizada, bastando atender aos esforços de revisão dos textos didácticos mobilizados por instituições promotoras da igualdade de oportunidades entre géneros (BRANDÃO, 1979; LEAL, 1979). Todavia, não é a discussão da questão que nos interessa; antes, sim, reconhecer o postulado de que pelo manual, seja qual for a sua apresentação, perpassam intencionalidades e convicções que legitimam o seu estudo crítico no âmbito da história da educação. Posto o postulado, fica justificada a escolha da fonte. Precisamente a compilação de apontamentos redigidos por Delfim Santos e destinados ao curso de ciências pedagógicas da faculdade de letras da Universidade de Lisboa, que em registo oral e, quiçá, transcritos por alunos em sebatas, substantivaram o seu programa. Ora, como acima se referiu, que intencionalidades e convicções perpassam nos textos de Delfim Santos, destinados às aulas de história da educação? Tal é a questão motivadora.

DESVIO DE UMA TRAJECTÓRIA DESEJADA: DA FILOSOFIA À PEDAGOGIA

É legítimo recorrer às trajectórias de vida quando contribuem para esclarecer as inter-relações entre a dimensão da experiência intelectual e o espaço sócio-histórico da existência individual (RICOEUR, 1997, p. 424). Narrar o percurso de Delfim Santos (Porto: 6/11/1907 – Cascais: 25/9/1966) permite criar o lócus do encontro entre a vida pessoal e a sua inscrição na história social e cultural portuguesa nas décadas de 1950 e 1960 do salazarismo, de modo a compreender não só as repercussões profissionais das continuidades e descontinuidades desse percurso, mas também a ampliar o conhecimento das pressões exercidas no plano educativo. Este pressuposto leva-nos a fazer uma incursão na biografia do professor.

No registo biográfico do mais significativo a respeito da formação profissional há a referir que, na sequência da licenciatura em ciências histórico-filosóficas pela faculdade de letras da Universidade do Porto, em 1931, onde teve como professor Leonardo Coimbra e por colegas Agostinho da Silva, Álvaro Ribeiro, José Marinho e Santana Dionísio, Delfim Santos se candidatou à docência liceal, escolhendo a via directa da empregabilidade pública. O ministro Cordeiro Ramos, responsável pela pasta da instrução pública e reformista repressivo (CARVALHO, 1986, p. 741), havia no ano anterior alterado o esquema de profissionalização dos professores por decreto de 16 de outubro, que revogava o diploma republicano de 21 de maio de 1911 e fixava a preparação de

professores em três anos mediante a frequência obrigatória de um curso de ciências pedagógicas, oferecido pelas faculdades de letras de Lisboa e de Coimbra, e de um estágio de dois anos nos liceus normais destas cidades, a que se seguia o exame de estado. Num ambiente ditatorial e de acordo com o estabelecido, Delfim Santos começou o período preparatório no ano lectivo de 1931/1932, no Liceu Normal José Falcão, de Coimbra. Adiou o segundo ano por motivos pessoais. Em Fevereiro de 1933, concluiu na Universidade de Coimbra as cadeiras de pedagogia, com a média de 15 valores. Em outubro desse ano transferiu-se para o Liceu Normal Pedro Nunes, em Lisboa, onde prosseguiu o estágio e o completou em julho, com 18 valores. As cadeiras de cultura pedagógica eram em número de cinco: psicologia geral; psicologia experimental; psicologia escolar e medidas mentais; pedagogia e didáctica; história da educação e administração escolar. O exame de estado foi realizado no Liceu Pedro Nunes, em julho de 1934. Foram seus examinadores Vieira de Almeida, em psicologia, e Fidelino de Figueiredo, em história, atribuindo-lhe, ambos, 16 valores. No ano lectivo seguinte (1934/1935) era professor associado no Liceu Gil Vicente, pertencendo ao 4º grupo (história e filosofia) e regendo a disciplina de geografia.

Pela segunda vez, Delfim Santos inflectiu o percurso pessoal. A primeira inflexão registrou-se em 1922, com 15 anos de idade e após a morte do pai. Sendo ourives, actividade exercida desde os onze anos sob tutela paterna, Delfim Santos decidiu abandonar a ourivesaria e prosseguir os estudos. Em finais de 1935 também decidiu abandonar a carreira de professor liceal, recém-iniciada, e seguir para Viena como bolseiro da Junta de Educação Nacional (1929-1936), a que se sucedeu o Instituto para a Alta Cultura (1936-1952) e o Instituto de Alta Cultura (1952-1976), organismos do Estado Novo dirigidos tanto para a divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro como para a investigação científica. No âmbito desta mobilidade internacional proporcionada pelo Estado Novo contactou com o neopositivismo que em Portugal, nesse mesmo ano, começara a ser divulgado pelo histologista Abel Salazar, professor na faculdade de medicina, no Porto (CUNHA, 1991, p. 1.123-1.128).

A ida de Delfim Santos para Viena assegura que o neopositivismo não era desconhecido dos círculos intelectuais portugueses e despertava interesse nas áreas científica e filosófica, quer pela aplicação da actividade analítica à linguagem e à representação do mundo, quer pela rejeição da metafísica. Todavia, Delfim Santos foi quem contactou primeiramente com Moritz Schlick, Karl Bühler e Othmar Spann – Círculo de Viena –, participando nos seminários internacionais. Deu conta dessa participação num relatório final das actividades desenvolvidas no âmbito da bolsa de estudo, intitulado “Situação Valorativa do Positivismo” (BERLIM, 1938). Depois de uma breve estada em Portugal, regressou a Berlim em outubro de 1936 para estudar sob a orientação de

Nikolai Hartmann, tornando-se pioneiro em Portugal na discussão dos temas do existencialismo e da ontofenomenologia. Permaneceu até fevereiro do ano seguinte e em março partiu para o Reino Unido, estudando no University College de Londres com John Macmurray e no Trinity College de Cambridge, ligado ao Círculo de Viena, com Charlie Dunbar Broad e George Edward Moore. Em setembro, regressou a Portugal e em novembro, voltou à Universidade de Berlim como leitor de português do Instituto para Portugal e Brasil. Assim permaneceu até julho de 1942, tendo-se, entretanto, precisamente em junho de 1940, doutorado em Coimbra com a tese *Conhecimento e Realidade*, arguida por Vieira de Almeida (Lisboa) e Joaquim de Carvalho (Coimbra), sendo as provas presididas pelo reitor Morais Sarmiento.

Com o início da segunda guerra e depois de ter estado sete anos no estrangeiro, primeiro como bolseiro e depois como leitor, radicou-se definitivamente em Portugal e ingressou na carreira docente universitária, em janeiro de 1943, como primeiro assistente da secção de ciências pedagógicas da Universidade de Lisboa. Até o ano lectivo de 1965/1966, ano da sua morte, leccionou ininterruptamente história da educação, organização e administração escolar.

Em 1947, foi aprovado em concurso para professor extraordinário, tendo como arguentes Oliveira Guimarães e, mais uma vez, Joaquim de Carvalho. Em outubro desse ano acrescentou à história da educação e de organização e administração escolar a disciplina de pedagogia e didáctica, que só abandonaria em 1966. Em 1948, foi nomeado professor agregado e em 1950, foi aprovado por unanimidade no concurso para professor catedrático, tornando-se o primeiro professor catedrático de pedagogia em Portugal. O arguente foi João António de Mattos Romão, professor da mesma secção e regente de psicologia geral (1939-1940/1942-1943), psicologia experimental (1930-1931/1951-1952) e de psicologia escolar e medidas mentais (1930-1931/1951-1952).

Este árduo percurso pessoal (GANHO, 1999, p. 914-916) narra minimamente sequências de acontecimentos determinados pela vontade de investigar na área filosófica e põe em evidência o desencontro entre o plano fervoroso do estudo e o plano curricular da docência. De Delfim Santos era expectável que leccionasse filosofia no domínio próprio e acesse à cátedra no correspondente departamento. O injusto desvio, notado por Eduardo Lourenço (1966) e por ele associado a uma fatalidade da vida filosófica portuguesa, leva-o a escrever o seguinte, por ocasião do falecimento do pedagogo:

Por um desses incompreensíveis caprichos culturais (que se calhar nem são incompreensíveis nem caprichosos) aquele que por qualificação e competência aí podia então falar com autorizada voz das novas correntes filosóficas, era obrigado a

acantonar-se nas “pedagógicas”». É verdade que, como o deserdado Saul, ele fará desse domínio, considerado absurdamente menor, um reino. (p. 1.086).

Rui Grácio (1975), também a propósito, escreveu que do desencontro impeditivo da concretização institucional da vocação de Delfim Santos, certamente interiorizada com mágoa, beneficiou a pedagogia. Em citação:

Do impedimento beneficiou a nossa escassa literatura pedagógica de feição especulativa, sem que, entretanto, a filosofia, ou melhor, o filosofar, se apoucasse neste filósofo sem cátedra: porventura como nenhum outro entre nós, abriu o pensamento em Portugal à problemática espiritual europeia do nosso tempo. Por outro lado, e como não, de filosofia se nutriu a especulação pedagógica, que ali foi buscar os princípios conformadores da sua progressiva articulação. (p. 207).

A sua literatura pedagógica, infelizmente pouca, impõe-se pelo rigor da meditação, pela firmeza das vinculações e posições, pela responsabilidade do discurso e pela reflexão filosófica de ordem metafísica.

Os textos acima transcritos esclarecem a conformidade filosófica da pedagogia delfiniana, extensível à história da educação³. Efectivamente, a disciplina tinha duas margens epistemológicas. À análise contextualizada dos documentos educativos sobre instituições escolares, métodos de ensino e ideias pedagógicas, própria da investigação histórica, acrescia a interrogação do significado/sentido da educação, enquanto ideia e acção, naturalmente decorrente do exercício filosófico que Delfim Santos bem conhecia por via do estudo da filosofia alemã. A leitura hermenêutica do conteúdo próprio da história da educação – da ordem do dado fenomenológico – conferia à disciplina uma dimensão reflexiva, fundante e decisiva para a compreensão da problematidade da existência humana e do seu modo de ser cultural. Delfim Santos nunca deixou de ser filósofo para ser historiador, tal como nunca o fizera Joaquim de Carvalho (FERNANDES, 2004, p. 795), seu homólogo em Coimbra. Não obstante o desencontro entre o percurso docente efectivo – a pedagogia – e o percurso docente vocacional – a filosofia –, acima referido, o professor manteve-se coerentemente, em termos concretos do existir, um filósofo a quem estava atribuída a função de ensinar história da educação. Esta coerência deslocou a disciplina da área da história para a da filosofia.

Como actualmente se afirma e defende, a leitura diferenciada de um mesmo objecto em estudo transversal potencia o conhecimento e confere uma visão holística mais realista e mais

³ A partir deste momento a disciplina história da educação, organização e administração escolar será referida pela primeira componente por apenas se considerar o que a ela diz respeito.

dinâmica. Por conseguinte, colocar a história da educação em duas margens epistemológicas não afigura ser desvantajoso e vai ao encontro da tendência convivencial e exponencial dos saberes. O problema é que para alguns estudiosos da matéria esse posicionamento coloca inevitavelmente a disciplina numa “dupla marginalidade” epistemológica. A sua pertença deixa de ser reconhecida na área da história e não é admitida na área da filosofia. Para além dessa indecisão, o estatuto de “dupla marginalidade” oculta uma questão mais séria, de que o problema da pertença é um afloramento. Trata-se da metodologia de investigação, da qual decorre a identidade e a vitalidade de um saber. Mas também se trata da expressão discursiva que marca e distingue a fixação escrita dessa investigação.

Ora, que investigação histórica fez Delfim Santos? Que método seguiu? Que marca estilística o distingue? Para responder às perguntas há que consultar os seus textos publicados em *Obra Completa*, pela Fundação Calouste Gulbenkian e já em terceira edição.

Em suma, a dupla margem epistemológica de história da educação, ou de outro saber, não é problemática se não se converter em “dupla marginalidade”, posto que é esta situação estatutária que confere menoridade substantiva. Todavia, esta situação afectou a história da educação, preocupando Joaquim Ferreira Gomes (1988, p. 15) por saber que tal justificava a classifica como “disciplina menor” (NÓVOA, 1993, XXXI). Tal expressão depreciativa dá conta de vários sintomas detectados: a falta de investigação significativa, a desconexão com o movimento de renovação historiográfica e o conservadorismo interpretativo. Em Portugal, verificou-se, e tem-se verificado (SANTOS, 2007), que o facto de a disciplina ser aceita como uma obrigação decorrente da lógica distributiva do serviço docente, seja este formado ou não em história, tornou, por regra, a investigação pouco significativa. Outros factores associados às condições de trabalho, como por exemplo o número excessivo de alunos e a heterogeneidade da sua formação, desviaram os docentes pertencentes à secção de ciências pedagógicas da investigação historiográfica sobre educação e ensino, pelo que, parafraseando Rui Grácio, esta se desenvolveu à margem daquela secção (GRÁCIO, 1988, p. 51). Delfim Santos, cujo quadro vivencial se conhece, representa este tipo de docente. Veja-se como.

DA EXPRESSÃO DA VONTADE DE ESCREVER UM MANUAL À SUA ESCRITA INCONCLUSA

O que é expectável de um professor que leccionou uma disciplina durante 23 anos? Dir-se-á ser a definição de um objectivo que, procurado por si mesmo, permita a emergência de um rumo investigativo sinalizado por temas e problemas considerados significativos. Dir-se-á também ser o

registro escrito da pesquisa ajustada ao objectivo. Ora, o que é que publicou ou deixou inédito Delfim Santos na área da história da educação?

Folheando a parte escrita do projectado manual

A morte súbita aos 58 anos de idade interrompeu os projectos delfinianos que requeriam estabilidade familiar e maturidade intelectual. É natural que os seus projectos, sendo ele um filósofo por vocação, formação e fidelidade, fossem maioritariamente dedicados à filosofia. Como se pode ler no Boletim Bibliográfico e Informativo da Fundação Calouste Gulbenkian, Delfim Santos confessou-se marcado por “uma vocação e um destino que para sempre o prenderam e para sempre o fixaram na carreira docente” (*apud* M.C., 1967, p. 16). Contudo, tinha intenção de publicar as lições de história da educação. Leia-se o testemunho dado em nota de rodapé: “Sob este título deixou Delfim Santos a versão dactilografada, por rever, das primeiras lições do seu curso de história da educação na faculdade de letras de Lisboa. Transcrevemos o que se afigura constituir o primeiro capítulo de um livro, inconcluso, que não chegou a dar à estampa” (*apud* M.C., 1967, p. 9). Nesse sentido, participou da mesma intenção de Joaquim de Carvalho que, tendo leccionado sem interrupções a disciplina durante 27 anos (1930-1931/1957-1958), deixou 260 páginas de circulação estrita.

Um ano após a sua morte, o Boletim Bibliográfico e Informativo da Fundação Calouste Gulbenkian reservou-lhe dedicadamente um número, dando a conhecer alguns dos seus textos. Aí se encontra a primeira parte de um curso inédito de história da educação que acabou incluído no apêndice de inéditos não datados, do terceiro volume de *Obras Completas*, que a mesma fundação publicou dez anos depois do falecimento. Para além de incluir o curso, que perfaz 15 páginas, o terceiro volume de *Obras Completas* reúne vários textos, publicados ou inéditos, distribuídos pelas secções “Do Homem” e “Da cultura”. De notar a inexistência de uma secção a intitular “Da Educação” ou “Da Pedagogia”, dependendo da perspectiva do critério, que pudesse acolher alguns dos textos avulsos remetidos para a secção “Do Homem” e que têm afinidade com qualquer uma das temáticas triangulares da história da educação, ou seja, as instituições, os métodos e as ideias. Embora não sejam textos suportados em pesquisa histórica documental, decorrem da análise situacional ou da reflexão problematizadora de leituras feitas e indispensáveis para o conhecimento de instituições, métodos e ideias. Para exemplificar, basta referir os textos sobre a escola profissional de ourives, a reforma de ensino, a universidade e a formação de professores. Se Delfim Santos filtra os textos pedagógicos pela peneira de sua madura e rigorosa reflexão filosófica, no caso dos textos acima referidos, acrescenta-lhes a consistência proveniente de sua vivência.

A leitura da secção “Do Homem” permite estabelecer duas afirmações: uma que a designação “do homem” é genérica, como convém às secções, mas mal escolhida, pois apaga a vida docente de Delfim Santos e desvincula da educação o exercício reflexivo permanente. Não só é injusto como desajustado, porquanto, na medida em que o contexto ditatorial da política nacional tolerava, ele investiu intelectualmente na reforma do sistema e na actualização do pensamento pedagógico português percorrendo, com várias propostas de orgânica escolar e curricular, o jardim de infância, a escola primária, o ensino técnico-profissional e a universidade. Por outro lado, comentou linhas teóricas e práticas do pensamento educativo de Adolfo Coelho, Pestalozzi e Maria Montessori, entre outros.

A segunda afirmação decorre da constatação de poucos textos sobre história da educação, o que dá a entender que Delfim Santos nunca decidira investigar nesta área, ou seja, que nunca fizera coincidir, num mesmo movimento e numa mesma razão de ser, a função de docente de história da educação com a motivação pessoal para investigar e, assim, justificar e incorporar o programa com os resultados dessa investigação. Isto não significa que não tenha investido com seriedade e rigor na preparação das aulas. Porém, nem sempre a preparação das aulas toma em consideração a investigação feita, pelo próprio ou por outro, na área da disciplina. Tal foi o caso de Delfim Santos.

Em suma, apesar do catedrático da secção de ciências pedagógicas ter deixado inconcluso o curso de história da educação, outros textos podem ser recuperados para a área, quer devido à interpelação da realidade circundante, quer pela apresentação de propostas reformistas, quer por via do testemunho revelador da vivência de situações educativas. Os textos mereciam ser devidamente integrados numa secção que os destacasse e lhes desse unidade.

Em busca de razões

Desconhece-se a razão determinante da redacção do curso de história da educação. Sabe-se, da conversa tida com antigos alunos, entre eles Manuel Patrício e Fernando Serpa Branco, que havia uma sebenta, na inapagável tradição apostólica estudantil. As sebentas correspondiam a registos de alunos, por certo os de maior capacidade organizadora e os mais assíduos às aulas, circulando de mão em mão e reproduzindo-se de ano para ano. Tal sebenta, utilitária, pontual, restrita e desapegada, permitiria refazer a totalidade do curso de história da educação, deixado incompleto por Delfim Santos. Outra via para completar o curso seriam os apontamentos de preparação das aulas, a que certamente o professor recorreu ao longo dos 27 anos de regência. Todavia, não foi possível obtê-los através de responsáveis pelo espólio, tido por totalmente inventariado.

Para determinar as razões da redacção do curso, não menos prestativo seria a análise do programa da disciplina, assinado pelo professor. Tal documento, infrutiferamente procurado, permitiria conhecer as opções da listagem temática e verificar a bibliografia, concretamente, a recomendada. Em particular, interessava saber quais as fontes portuguesas indicadas e verificar, por exemplo, se havia referências ao livro *Educadores Portugueses* (1909), de Ferreira Deusdado, que fora docente no curso superior de letras, ou ao livro *Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação* (1932), de Alberto Pimentel Filho. Na falta de documentação resta o texto publicado em *Obras Completas*, na secção “Do Homem” do terceiro volume.

A necessidade de disponibilizar um manual de história da educação não tinha precedentes na secção de ciências pedagógicas da faculdade de letras de Lisboa. Delfim Santos substituíra Francisco Vieira Lopes de Almeida (1940-1941/1941-1942), que por sua vez sucedera a António José Fortes (1931-1932/1939-1940) e a Rui Teles Palhinha (1930-1932/1931-1932), que inaugura a docência da cadeira. Nenhum deles deixara um manual de história da educação, pelo que é admissível ter tido conhecimento dos programas dos colegas anteriores e do colega contemporâneo, Joaquim de Carvalho. Essa possibilidade não é descabida. Rogério Fernandes (2004) reconheceu similitudes entre os dois docentes devido à matriz culturalista que orientava ambos os cursos e à convicção comum da função teleológico-humanista da educação (p. 795). Na classificação que propõe para a diferenciação dos discursos portugueses sobre história da educação – discursos do poder, discursos científico-culturais, discursos pedagógicos –, Rogério Fernandes (2004) indica Joaquim de Carvalho e Delfim Santos como os cultores, de referência, do discurso pedagógico português iniciado nos anos 1920 e associado à leccionação da disciplina, no âmbito dos cursos de preparação profissional de professores (p. 789). Esse tipo de discurso, que ambos cultivaram com brilho retórico, ignorou os “factos pedagógicos no seu desenho concreto” (p. 795) e desconsiderou a contextualização social das doutrinas educativas. No caso de Delfim Santos, a história da educação é uma história de utopias e de generosidade humana, tal como o próprio afirma, e Rogério Fernandes (2004) condensa na expressão “história das hipóstases pedagógicas” (p. 795), no sentido de equívoco cognitivo que toma o fictício pelo concreto.

Dada a ausência de apontamentos pessoais, programas e registos de alunos, as apreciações de Rogério Fernandes são valiosíssimas, pois não só foi aluno de Delfim Santos como foi professor de história da educação. Entretanto, se há que tê-las em conta, há que examiná-las.

A marca filosófica deixada em história da educação

O texto deixado inédito, inconcluso, não revisto nem datado, divide-se em duas partes não tituladas, tão só numeradas em romano. A primeira parte, preambular, discute a natureza da

disciplina, a fim de definir o seu objecto e área de estudo. A segunda ocupa-se do processo educativo na antiguidade, começando no Próximo e Extremo-Oriente e terminando na Grécia.

Na primeira parte, encontram-se as considerações preliminares e a justificação que orientam a segunda. O programa traçado é o seguinte: “Importa primeiramente bem determinar o que por tal se deve entender [educação] e depois prosseguir ao longo da história, a começar pelo mais remoto até à actualidade, o que como educação se considerou” (SANTOS, 1977, p. 281). Para uma análise do texto, tomamos isoladamente cada uma das partes.

A opção pela abordagem fenomenológica

Por certo, sob a influência de Martin Heidegger, que Delfim Santos conheceu no período de bolseiro na Alemanha, optou por uma abordagem fenomenológica da história da educação. O que é a educação, o que é interrogar-se sobre a educação e o que é a leitura histórica da educação, são as questões recortadas para ressignificação e colocadas na primeira parte do texto.

Ao interrogar-se sobre uma realidade estruturada para a formação do ser humano – um processo de interacções que a ele mesmo diz respeito e pelo qual é inteiramente responsável –, não é na perspectiva antropológica que Delfim Santos se situa, mas antes na fenomenológica. Caso contrário, seria uma tarefa sem fim. Contudo, para perscrutar o fenómeno educacional, tem de se tomar o ser humano como patamar da compreensão e ponto de partida da interrogação, na medida em que constitui o centro privilegiado para a revelação do ser do homem, revelação possibilitante da abertura do caminho para a compreensão do ser em geral. O ser humano é o “ser-aí-do-ser” – *dasein* – e o exercício de ser, ou o lugar em que o ser se manifesta e se guarda. Logo, toda a interrogação fundante sobre algo tem de se enunciar no lugar do *dasein*, onde se revela o ser do homem que é o caminho para a revelação do ser de algo. Embora Delfim Santos nunca faça uso desta categoria heideggeriana, ela está implícita como muito bem detectou Rogério Fernandes (2004) ao escrever que o “modo de desenhar o campo da educação e da sua história” (p. 795) pressupõe o *dasein*. Nessa linha metodológica, a abordagem da história da educação deve fazer-se interrogativamente a partir do *dasein*, por só ele ser a via de acesso racional e ontológica dos fenómenos constitutivos do mundo e que são experimentados consciente e tacitamente, sendo que um desses fenómenos temporais é a educação. Por conseguinte, a abordagem escolhida foi a fenomenológica: mostrar como o ser no mundo chega à palavra, recuperando-a até onde os textos permitem. Há uma preocupação linguística e filológica, uma referência histórico-filosófica marcada pela necessidade de compreensão dos meandros da intencionalidade educativa e um percurso por textos, com os quais se apresentam as perspectivas de aplicação da palavra.

A educação é um fenómeno que o ser humano experimenta desde que se conhece como sujeito relacional, comunitário e comunicativo. Escreve o professor: “Desde que o homem surgiu no mundo no meio de outros homens o fenómeno educativo apareceu concomitantemente” (SANTOS, 1977, p. 282). Essa consciência ancestral da educação coloca um problema de ordem cronológica e um problema de sustentabilidade. Por um lado, está a dificuldade em saber quando o ser humano tem consciência de si como ser relacional, comunitário e comunicativo, e, por outro, a inexistência, ou quiçá o desconhecimento, de fontes sobre a educação. A história da educação só é sustentável a partir da identificação das primeiras fontes e são estas que delimitam cronologicamente o seu estudo.

A concomitância entre a emergência da consciência humana e a emergência à consciência do fenómeno educativo, dá-lhe características próprias que o configuram como englobante, radical e primário. Delfim Santos explica a englobância, radicalidade e primaridade pelo método silogístico. Se a educação é condução do ser humano com vista à sua formação humana e se a arte, política, ciência, religião e filosofia dependem dessa actividade condutora, então todas as manifestações referidas são consequência dela (SANTOS, 1977, p. 282). O fenómeno educativo usufrui de um fundamento experiencial matricial frente a outras manifestações.

Outro aspecto que é tratado diz respeito ao conteúdo do estudo privado de história da educação, que é, afinal, uma questão sobre a identidade deste saber particular. Delfim Santos faz uma leitura crítica interessante. Partindo do pressuposto anterior – a ancestralidade do fenómeno educativo –, nega que a história da educação possa ser uma história das instituições educativas ou uma história das teorias pedagógicas. Tal possibilidade representa uma fuga a encarar a complexidade da educação, enquanto real e efectiva e é um erro, pois significaria estudar as concretizações idealizadas ou as ideias expectantes, descorrelacionadas com a situação real. Escreve a esse respeito que o “estudo das instituições, quando por elas se começa, é sempre subterfúgio relativamente ao estudo complexo disso mesmo que a instituição instituiu” (SANTOS, 1977, p. 282-283). Sobre a história das teorias pedagógicas afirma que “não são nunca relatório ou descrição do que como educação é válido na época do pensador que as teorizou” (SANTOS, 1977, p. 283). Teorizar é uma actividade de contraposição ao que está posicionado, propondo, por projecção, o que ainda não é verificável. Com estas duas rejeições, resta saber o que é a história da educação.

Assumindo que a formação do ser humano exprime a intenção última da educação, a história da educação deverá ser “a história das utopias, da generosidade humana” (SANTOS, 1977, p. 283) ou a história do pensamento projectivo e desconstrutivo de ideias de formação, que também originam ou reformam as instituições educativas. O termo utopia não se refere à ausência de lugar

nem à representação imaginativa, mas à instância viva e operante da mudança, suportada por uma confiança ilimitada, sem qualquer garantia, na positividade das capacidades do ser humano. A educação tem sido e continua a ser uma utopia: é a esperança renovada por cada ser humano e é a expressão da generosidade, assumida na responsabilidade de cuidar do outro. Tentando de alguma maneira corrigir a confiança desmesurada na educação, Delfim Santos acrescenta realisticamente que a história da educação revela a grandeza e a miséria da formação humana.

Na sequência da reflexão e tendo dado por terminadas as considerações sobre a educação, Delfim Santos toma o nome da própria disciplina – história da educação – para esclarecer, por um lado, que a vida humana acontece em planos de experiência transformadores e historiáveis e, por outro, para vincar a ideia da fixação da educação na história. Ser humano, educação e história supõem-se mutuamente. A circularidade é expressa nesses termos: “O homem é história, e assim radicalmente educação é história e história é educação” (SANTOS, 1977, p. 284). A história da educação corresponde a uma narrativa temporal da transitividade formativa, que é historiável e se deve fazer “segundo as regras que exigem documentação” (SANTOS, 1977, p. 284). Na medida em que a política, arte, ciência, religião e filosofia participam da educação, posto contribuírem para a formação humana, então a história da educação corresponde ao fundamento da história, “de que todos os outros aspectos são ramos especiais” (SANTOS, 1977, p. 285). Vale a pena deixar a definição dada: “história das ‘formas’ que o homem foi sucessivamente descobrindo para também sucessivamente se formar conforme lho permitiam os esquemas que cada época lhe oferecia ou lhe impunha” (SANTOS, 1977, p. 284). Consciente da complexidade desta disciplina e procurando ser pragmático, termina confessando que o programa a apresentar está sujeito a duas arbitrariedades: uma simplificação destas considerações de abordagem preambular, não avançando mais nessa via; outra, delimitação do horizonte histórico, começando apenas pelo Próximo e Extremo-Oriente.

O suporte literário usado para dar a entender o que é a educação

Na primeira parte do curso acertou-se que a educação é um fenómeno e na segunda pretendeu-se saber o que se deve entender por educação. Mostra que a educação integra várias actividades, variando em função das idades, intencionalidades, ideologias, culturas e sociedades. Por exemplo, a educação da criança recém-nascida complementa a sua falta de autonomia, configurando-se como uma actividade de cuidado. São muitos os modelos de cuidado. Se se perscrutar o horizonte da história adquirem-se informações variadas sobre os modelos educativos, em função dos ideais formativos e em conjugação com a situação política e as condições concretas da existência. No seu conjunto, visam promover, espontânea e constantemente, a adaptabilidade do sujeito à cultura e sociedade a que está vinculado mediante a imitação e, acrescentamos nós, a

solicitude, quer dizer, pelo movimento solicitado por quem cuida. Há sempre que salvaguardar a interacção inerente à educação.

Mas o que apraz registar a Delfim Santos é a tomada de consciência da educação como actividade única, potencialmente modeladora ou formativa. Nesse sentido construtivo, a educação é uma actividade de dimensão agónica (tal a concentração de energia exigida na modelação do ser humano), como bem ilustra a narração da educação de Aquiles pelo seu mestre Fénix.

A evolução da concepção dos modelos educativos faz-se por recurso à *Paideia, a formação do homem grego*, de Werner Jaeger e à literatura clássica, desde as epopeias, aos tratados e aos diálogos filosóficos. Note-se que *Paideia* foi traduzida para português em 1979 e lançada pela Editorial Aster, logo o nosso catedrático consultava a versão alemã (*Die Formung des Griechischen Menschert*), publicada em 1936 e que fazia parte da sua biblioteca pessoal. Delfim Santos refere os nomes de Lícurgo, Solón e Plutarco e indica obras de consulta como *Vedas, Ilíada e Odisseia*, de Homero, *Os Trabalhos e os Dias*, de Hesíodo, *Tratado da Caça*, de Xenofonte e *Ménon*, de Platão. Esta pletora de referências comprova tanto a configuração cultural da disciplina quanto a ancoragem na metodologia filosófica que opera pelo regresso aos alicerces textuais do mundo ocidental, que o pós-modernismo acusa de eurocentrismo “assolidário”, e pela prática hermenêutica. Delfim Santos vislumbra na literatura a expressão superior dos ideais formativos de distintas culturas e épocas. Mesmo que o narrado não corresponda a situações reais, ficcionando cenários paradigmáticos e metaforizando, é na latência da intencionalidade literária que ele encontra a densidade do sentido da educação, ou seja, a vontade em formar a melhor humanidade possível. A densidade ética das personagens e os seus ideais de vida, a generosidade revelada no cuidar do outro e o dever de cidadania traçam as linhas essenciais da acção e da finalidade da educação.

O curso não avança para Aristóteles que, na lógica sequencial, se seguiria. Supõe-se que nem a metodologia seria diferente nem se abandonaria o apoio literário. Ora, esta segunda parte clarifica que escrever uma história da educação, ou parte dela, não corresponde exactamente a escrever um resultado de investigação historiográfica.

CONCLUINDO

O percurso filosófico de Delfim Santos, particularmente consistente e actualizado, não tem paralelo com o percurso de docente de história da educação. A obra deixada é pouco significativa, constituída por um manual incompleto e por textos avulsos forçadamente reunidos na secção “Do Homem”, no terceiro volume de *Obras Completas*. O publicado na área revela que Delfim Santos

foi dedicadamente um filósofo, fosse qual fosse a matéria e a temática. De facto, fosse o que fosse que ensinasse ou investigasse ele era sempre um filósofo. No texto que fez para a disciplina de história da educação – o manual projectado – apresenta-se como um intérprete, seguindo a fenomenologia, apoiando-se na literatura clássica e incrustando na escrita o seu estilo interrogante, com vista a compreender a formação do ser humano nas condições da sua existência.

Delfim Santos não foi um historiador da história da educação no sentido estrito. Mas o mais importante é que, não obstante a manifesta falta de solidariedade de alguns colegas, foi um professor cujas aulas não foram esquecidas pelos alunos. Fica o testemunho da repercussão que neles tiveram as suas aulas. As palavras são de António Quadros: “Devo antes de mais ninguém a Delfim Santos o despertar para o universo das ideias e o estímulo para começar a pensar pela minha própria cabeça. Tive, na faculdade, muitos professores nos campos da história e da filosofia, alguns dos quais nomes ilustres. De todos, só Delfim Santos considerei imediatamente como um mestre” (*apud* SANTOS, 2011).

REFERÊNCIAS⁴

- BRANDÃO, Eugénio. *Os estereótipos em manuais escolares*. Lisboa: Cadernos da Condição Feminina, 1979.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- COELHO, Jacinto do Prado. Traços biográficos de Delfim Santos. *Obras Completas*. Lisboa: FCG, 1982. vol. I. p. v-ix.
- CUNHA, Norberto. Neopositivismo em Portugal, Logos. *Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1991. vol. 3. p. 1123-1128.
- ESTRELA, Albano. Delfim Santos, um inovador e um precursor no campo da educação. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, Lisboa, n. 6, p. 101-104, 2008.
- FERNANDES, Rogério. A história da educação e o saber histórico. In: FELGUEIRAS, Margarida; MENEZES, Cristina. (Orgs.). *Questionar a sociedade, interrogar a história, (re-)pensar a educação*. Porto: Afrontamento, 2004. p. 789-805.
- GANHO, Lurdes. Delfim Santos, Logos. *Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1999. vol. 4. p. 914-916.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade pessoal*. 2. ed. Oeiras: Celta Editora, 2001.
- GOMES, Joaquim Ferreira. Situação actual da história da educação em Portugal. In: *I Encontro de história da educação em Portugal*. Lisboa: FCG, 1988. p. 11-45.
- _____. O ensino da psicologia e da pedagogia nas universidades portuguesas de 1911 a 1973. In: *Para a história da educação em Portugal seis estudos*. Porto: Porto Editora, 1995. p. 81-106.
- GRÁCIO, Rui. *Educação e Educadores*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975. p. 205-217.
- LEAL, Ivone. *A imagem feminina nos manuais escolares*. Lisboa: Cadernos da Condição Feminina, 1979.
- LOURENÇO, Eduardo. Depoimento – Por ocasião da morte de Delfim Santos. *O Tempo e o Modo*, Lisboa, n. 43-44, p. 1085-1087, nov./dez. 1966.

⁴ As referências bibliográficas indicadas apenas dizem respeito ao material consultado, daí que para uma leitura completa e actualizada da bibliografia produzida seja conveniente aceder ao site oficial de estudos sobre Delfim Santos.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da história cultural. Para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, n. 1, p. 5-14, 2006.

MIRANDA, Rui Lopo. Delfim Pinto dos Santos. In: NÓVOA, António. (Dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Asa, 2003. p. 1262-1265.

PASZKIEWICZ, Cristiana Ábranches de Soveral. *A filosofia pedagógica de Delfim Santos*. Lisboa: INCM, 2000.

SANTOS, Delfim. *Curriculum Vitae*. Lisboa: Ed. do Autor, 1949.

_____. Um inédito de Delfim Santos. História da educação. *Boletim Bibliográfico e Informativo do Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian*, Lisboa: FCG, n. 5, p. 9-13, 1967.

SANTOS, Filipe. *Delfim Santos e a família Castro e Quadros Ferro*. Lisboa: Edições Fundação António Quadros, 2011.

SANTOS, Teresa. Percurso e situação do ensino da história da educação em Portugal. In: AAVV. *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de história da educação*. Uberlândia: Edufu, 2007. p. 75-97.

THE TEACHING OF DELFIM SANTOS IN HISTORY OF EDUCATION

ABSTRACT

Delfim Santos, in 1950, was appointed Full Professor of Pedagogy, in the faculty of Arts (University of Lisbon). For years he was the Chair of History of Education, Organization and School Administration, an issue aimed at further training of teachers (Pedagogical Sciences). He left some pages written, some published other unpublished, on History of Education and, as Rogério Fernandes warns, he followed the trend of the time, that's mean, he erased the borderline between History of Education and History of Ideas. The objective of this paper is focused on: first, to take up Delfim Santos writings, in order to clarify the scope and the purpose of his teaching; secondly, to inquire Rogério Fernandes critical reason, which, as we know, denounces continuous absence of the historical concretion owing to his metaphysical approach.

Keywords: Teaching of history of education; Delfim Santos; Portuguese education historiography; Philosophy of education.

Recebido em: Junho de 2012

Aprovado em: Julho de 2012